

Os impactos dos benefícios da proteção social em comportamentos potencialmente relacionados ao crescimento inclusivo: uma revisão de literatura

*Luis Henrique Paiva, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
e Santiago Falluh Varella, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)*

Os benefícios advindos da proteção social poderiam, teoricamente, levar a uma distorção nos incentivos secundários dados pelos preços de mercado e, portanto, poderiam acarretar impactos negativos em comportamentos macroeconômicos potencialmente relacionados ao crescimento inclusivo, tais como poupança e oferta de mão de obra. No entanto, poderiam também permitir que indivíduos e agregados familiares com restrições de liquidez e de crédito invistam em educação, em novos empreendimentos e, até mesmo, na migração para lugares onde possam fazer melhor uso de suas habilidades e competências.

Paiva e Varella (2019) analisaram a literatura empírica acerca dos impactos dos benefícios da proteção social contributiva e não contributiva sobre um conjunto de comportamentos microeconômicos, potencialmente relacionados ao crescimento econômico: (i) consumo e poupança; (ii) oferta de mão de obra; (iii) educação; (iv) fertilidade; (v) migração; e (vi) inovação e tomada de risco.

A análise sugere que parece haver poucas razões para grandes preocupações ou esperanças acerca dos possíveis efeitos dos benefícios da proteção social no crescimento econômico por vias microeconômicas. Pensões podem ter efeitos negativos na poupança e na oferta de mão de obra, mas as estimativas variam consideravelmente e frequentemente são de pequena magnitude. O comportamento de poupança de trabalhadores de baixa renda e com baixa escolaridade, potencialmente afetado por restrições de liquidez e de crédito, tende a não ser afetado de maneira alguma. Acredita-se que fórmulas de benefícios atuarialmente justos, idades pensionáveis adequadas, acesso limitado a pensões antecipadas e a coordenação estreita entre políticas de emprego ativas e passivas podem reduzir ou eliminar desincentivos.

Há evidências de impactos positivos de transferências de renda modestas (especialmente quando associadas a condicionalidades) em taxas de matrículas e frequência escolares, o que é encorajador. Entretanto, as evidências são bem mais ambíguas a respeito de seus efeitos no aprendizado — um resultado crucial. Pensões contributivas e transferências condicionais de renda parecem ter um impacto negativo modesto na fertilidade, o que representa uma possível fonte de preocupação para sistemas de pensão “pay-as-you-go” e para o crescimento econômico. Como outros benefícios, relacionados às crianças, podem ter impactos positivos, uma reforma do sistema de proteção social que diminua gastos com pensões e significativamente aumente os gastos com benefícios infantis deve ser considerada como opção política. A afiliação à previdência social tende a ser negativamente associada à migração (que intensifica o crescimento, dado que os contribuintes são a parte mais produtiva da força de trabalho). Transferências de renda podem financiar a migração — mas também poderiam reforçar o crescimento se pudessem financiar a migração doméstica. Finalmente, há evidências de que transferências de renda modestas possibilitam pequenos investimentos e aprimoram estratégias de gestão de risco.

A melhor notícia é que as magnitudes relativamente pequenas dos efeitos negativos dos benefícios da proteção social (em resultados como poupança e oferta de mão de obra, por exemplo) nos leva a crer que eles levam a melhorias no bem-estar de agregados familiares. As várias alternativas de políticas para lidar



com possíveis impactos negativos — aliadas com efeitos pequenos, porém positivos, em resultados como educação, migração e tomada de risco — nos permitem ser modestamente otimistas em relação a seu impacto geral no crescimento econômico por vias microeconômicas.

Referência:

PAIVA, L. H.; VARELLA, S. F. "The Impacts of Social Protection Benefits on Behaviours Potentially Related to Inclusive Growth: a Literature Review." *IPC-IG Working Paper*, nº 183. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth, 2019.